

SINDICALISMO DE BASE NA ARGENTINA: PRÁXIS POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA

Shimenny Ludmilla Araújo Wanderley¹

Gonzalo Adrián Rojas²

Resumo:

Este trabalho faz parte de uma pesquisa comparativa sobre os governos "pós-neoliberais" na América Latina que estuda Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia e Chile. Focaremos no estudo de caso da Argentina durante os governos de N. Kirchner (2003 – 2007) e C. Kirchner (2007 – 2011), no ressurgimento do sindicalismo de base. Dentro deste utilizaremos as categorias gramscianas dos Cadernos do Cárcere nas Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno, para realizar uma análise gramsciana da formação econômico-social Argentina no período e o papel do sindicalismo de base. Nossa hipótese, é que o sindicalismo de base é um ponto de partida na possibilidade da construção de uma nova hegemonia em termos gramscianos. O trabalho tem duas partes. A primeira é uma pesquisa empírica sobre o período kirchnerista e a segunda é a aplicação das categorias gramscianas para o estudo de caso e na conclusão apresentaremos si verificamos ou rejeitamos a hipótese. Na segunda parte nossa exposição será apresentar as categorias gramscianas em sua relação com Maquiavel abordando três tópicos: Príncipe e Príncipe moderno; o lugar da política numa filosofia da práxis e Política e Guerra; para no final de cada tópico relacionar com elementos empíricos do sindicalismo de base.

Palavras-chave: kirchnerismo; sindicalismo de base; Argentina; categorias gramscianas; luta de classes.

Resumen:

Este trabajo forma parte de una investigación que compara los gobiernos "pós-neoliberales" en América Latina que estudia Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia y Chile. Enfocaremos em un estudio de caso, Argentina durante los gobiernos de N. Kirchner (2003 – 2007) e C. Kirchner (2007 – 2011) el resurgimiento del sindicalismo de base. Dentro de ese estudio de caso utilizaremos las categorías gramscianas de los Cuadernos de la Cárcel, las Notas sobre Maquiavelo, la política y el Estado moderno, para realizar una análisis gramsciano de la formación económico-social Argentina en el período y el papel del sindicalismo de base. Nuestra hipótesis, es que el sindicalismo de base es un punto de partida en la posibilidad de construcción de una nueva hegemonia en términos gramscianos. El trabajo tiene dos partes. La primera es una investigación empírica sobre el período kirchnerista y la segunda aplica las categorías gramscianas para el estudio de caso y en la conclusión verificaremos o rechazaremos la hipótesis. En la segunda parte nuestra exposición será presentar las categorías gramscianas y su relación con Maquiavelo abordando tres tópicos: Príncipe y Príncipe moderno; el lugar de la política em una filosofía de la práxis y Política e Guerra; para en el final de cada tópico relacionar con elementos empíricos del sindicalismo de base.

¹Licenciada Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), E-mail: shimennyaraujo@yahoo.com.br

² Doutor Ciência Política (USP) e professor UFCG, E-mail: gonzalor@usp.br

Palabras clave: kirchnerismo; sindicalismo de base; Argentina; categorias gramscianas; luta de classes.

Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa comparativa sobre os governos "pós-neoliberais" na América Latina que estuda Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia e Chile. Focaremos num estudo de caso, Argentina durante os governos de N. Kirchner (2003 – 2007) e C. Kirchner (2007 – 2011) e o ressurgimento do sindicalismo de base. Nesse estudo utilizaremos categorias gramscianas que aparecem no Cadernos do Cárcere nas Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno para realizar uma análise de nosso objeto.

Nossa hipótese, em termos gramscianos, é que o sindicalismo de base é um ponto de partida que possibilita a construção de uma nova hegemonia (contra-hegemonia), já que a hegemonia na luta contra o neoliberalismo na Argentina passou dos aliados da classe trabalhadora (movimento de trabalhadores desempregados), a própria classe trabalhadora, uma mudança qualitativa.

No governo N. Kirchner o efeito “rebote” e o crescimento econômico consequente, assim como políticas de cooptação e repressão levou a uma fragmentação do movimento de desempregados o que favoreceu o desenvolvimento do sindicalismo de base, que surge como um novo fenômeno, propondo a independência política da classe trabalhadora ao enfrentar os sindicatos burocráticos ligados ao governo e as patronais recuperando tradições de luta dos trabalhadores pautada na organização no lugar de trabalho, com as comissões internas nas fábricas.

O trabalho tem duas partes diferenciadas.

A primeira é a pesquisa empírica sobre o kirchnerismo e a segunda é a aplicação das categorias gramscianas para o estudo de caso, sendo que na breve conclusão observaremos se temos elementos iniciais para verificar ou rejeitar a hipótese. Na segunda parte nossa exposição será primeiro apresentar as categorias gramscianas em sua relação com Maquiavel abordando três tópicos: 1) príncipe e príncipe moderno, 2) o lugar da política numa filosofia da práxis e 3) política e guerra; para no final de cada tópico relacionar com elementos empíricos do sindicalismo de base.

O trabalho realiza uma abordagem política, é um estudo de caso, de conjuntura utilizando categorias gramscianas e a metodologia é qualitativa. Inclui leituras teóricas e empíricas sobre o objeto de pesquisa. Articulamos a questão teórica com a análise de

conjuntura mais específica e uma revisão bibliográfica sobre os governos kirchneristas. Realizamos a leitura diária do Jornal *La Izquierda Diario* da Argentina, além de um balanço da literatura sobre o tema a partir de diferentes “relatos” sobre o período, o relato oficial kirchnerista, o da oposição patronal de direita e o da oposição de esquerda. Neste trabalho focaremos no relato oficial e no da oposição de esquerda.

1. Argentina: O kirchnerismo como fenômeno político e o surgimento do sindicalismo de base.

Entendemos o kirchnerismo como um fenômeno político específico de Argentina que surgiu como resposta à crise orgânica política, econômica e social de 2001, expresso principalmente pelo ‘Argentinazo’ e representou uma recomposição do regime político e da economia.

Nos primeiros anos do governo de N. Kirchner, observamos que produto do efeito do “rebote”, este proporcionou uma taxa crescimento anual entre 8 e 9 % e essa recomposição permitiu o ressurgimento do sindicalismo de base. A relação entre a política econômica dos “governos K” e o sindicalismo de base, nos permite compreender a continuidade do bloco histórico e mudanças nas relações de força no interior do próprio

Segundo Gramsci só num contexto de crise orgânica, diferente de uma crise conjuntural, é possível que o bloco histórico dominante, a articulação entre estrutura e superestrutura amalgamada pelos intelectuais seja substituído pelo novo bloco histórico, “contra hegemônico”, uma nova articulação entre estrutura e superestrutura onde a classe trabalhadora hegemoniza os setores subalternos. No caso que não exista esse bloco alternativo, ou seja derrotado, a oportunidade se perde e se produz uma recomposição do bloco dominante sob novas bases, em geral mais reacionária, mas isso não é automático depende das relações de força entre as classes e as frações de classe. Para análise de conjuntura, utilizamos a parte dos cadernos em que Gramsci escreve sobre as análises das situações, as relações de força.

O trabalho foca no sindicalismo de base durante o período kirchnerista (k), mas somos cientes que frente ao fim de ciclo “k”, no marco do fim de ciclo dos governos “pòs-neoliberais” na América Latina o sindicalismo de base tem novos desafios com o “giro a

direita” na superestrutura política, expressa na Argentina com a vitória eleitoral do empresário neoliberal Macri (também no Brasil com o golpe institucional de Temer)

1.1. Balanço da literatura sobre o kirchnerismo.

No livro *Qué es el Kirchnerismo?* (2011) de Freibrum, Hamawi y Socías, os autores buscam a partir de pontos de vista heterogêneos, explicar e classificar o que significa o Kirchnerismo como fenômeno político. Todos, embora alguns não se caracterizem como “k”, apoiaram sua política econômica. Para eles os “k” é um fenômeno sociopolítico complexo que possui uma identidade original, porém, buscando recuperar a velha tradição do peronismo, compreendendo o kirchnerismo como um momento de reconstrução política, como alternativa para sair da crise de 2001, o caracterizando como "nacional e popular".

Para entender o relato oficial “k”, o discurso da intelectualidade orgânica kirchnerista sobre o próprio kirchnerismo, utilizamos o livro de Foster *La anomalia kirchnerista* (2013). Para Foster, N. Kirchner representou o rosto de esquerda e centro esquerda do peronismo, impulsionando uma ação transformadora que seria capaz de inverter a lógica estrutural do capitalismo neoliberal através de um projeto democrático e popular, o qual redefiniria não só a economia do país, mas também a política.

Para Gramsci não existe intelectual “neutral” ou se é um intelectual orgânico da classe operária, através do “príncipe moderno”, o partido político da classe operária, no marco da construção de uma nova hegemonia na perspectiva da construção de um novo bloco histórico que substitua o anterior, ou se é um intelectual ao serviço das classes dominantes. Neste sentido a intelectualidade orgânica “k”, como Foster, esteve a serviço da recomposição do bloco histórico dominante em crise depois do “Argentinazo”.

Encontramos um relato contra hegemônico, que tenta construir uma nova hegemonia no livro *La izquierda frente a la Argentina kirchnerista* de Ch. Castillo, que poderíamos apresentar como um contraponto ao relato oficial. O sociólogo da Universidade de Buenos Aires (UBA) e dirigente do PTS, afirma que os “k” possuíam duas interpretações centrais, uma que está presente no discurso oficial e outra da oposição patronal. O livro apresenta uma visão alternativa que vem sendo construída desde dezembro de 2001 até 2011, a partir de uma análise crítica aprofundada sobre o governo “k” nesse período, onde trata dos temas centrais, como: crise de 2001, movimento de fábricas ocupadas, sindicalismo classista, movimento de

trabalhadores desempregados, a crise da hegemonia na Argentina, o realinhamento das classes e frações de classe, o enfraquecimento dos “k” partir de 2008, inflação, dívida externa, entre outros, nos fornecendo elementos para verificar ou rejeitar nossa hipóteses, analisando a conjuntura da Argentina do ponto de vista da totalidade. Observamos uma grande diferença entre o discurso oficial e o alternativo.

Segundo Castillo, há elementos do neoliberalismo dos anos 90, porém, alguns novos elementos foram incorporados à dinâmica de acumulação de capitais. Antes o elemento dinamizador da acumulação de capitais era oriundo das privatizações, e no período “k”, pela sua vez, seriam três elementos em seu conjunto: a entrada de capitais devido ao aumento dos preços das matérias-primas no mercado mundial; aumento da taxa de exploração envolvendo a desvalorização e a proteção da concorrência estrangeira que envolve a taxa de cambio. Durante todo o governo “k”, se subestimou o fato de se tratar da burguesia argentina ser a de um país semicolonial onde o controle da maioria das principais empresas, 2/3 de 500 empresas, estão nas mãos do capital estrangeiro, a mesma proporção que no final dos ‘90. Inclusive, em 2008 o governo “k” teve um enfrentamento com a patronal agrária, que faz parte da burguesia nacional, monopolista, sojeira. Esse conflito foi a principal crise política em cinco anos de governo, no qual as patronais agrárias não aceitaram a resolução 125³.

Para entender a formação econômico-social da Argentina, usamos o livro *La Economía Política Argentina: Poder y Clases Sociales (1930-2006)* de Peralta Ramos. Este traça um panorama das transformações na Argentina durante esse período, explicando a mudança no esquema de acumulação de capitais, que passou do modelo agroexportador para o setor industrial e desde ele para o modo como conhecemos hoje, por vias financeiras. Na reedição do livro que utilizamos faz referência aos “k”.

Economía y política en la Argentina kirchnerista de Piva, desde um ponto de vista kirchnerista não peronista e o de Mercatante com prólogo de C. Castillo intitulado: *La economía argentina en su laberinto. Lo que dejan doce años de kirchnerismo*. Concordamos com as conclusões centrais deste último.

³ A resolução 125 propunha um sistema de alíquotas para exportação moveis para alguns grãos, que acompanhava a oscilação dos preços das *commodities* no mercado internacional. Para pressionar o governo contra essa resolução, a patronal organizou várias manifestações pelo país e greves que causaram o desabastecimento nos supermercados de produtos básicos, causando prejuízos ao governo, a crise só terminou quando a resolução foi rejeitada pelo Senado com o voto do vice-presidente contrário a Medida. Importante sublinhar que neste conflito não estava em discussão o modelo monopólico sojeiro exportador senão quem ficava com uma maior parte da renda, se o Estado ou as patronais do campo.

1.2. Balanço da literatura sobre o sindicalismo de base.

O sindicalismo de base se organiza a partir agrupações impulsionadas com uma linha classista, mas que inclui acordos com trabalhadores e trabalhadoras independentes que ainda não são classistas, porém são antiburocráticos e combativos (característica do “sindicalismo de base” que em muitos lugares renasce) e também com outras correntes independentes.

Para entender a relação do Estado com os sindicatos e diferenciar sindicato de base dos demais, suas especificidades e estratégias, concordamos com Varela: “Estado y sindicatos en la Argentina post-devaluación. El retorno debate estratégico”, publicado na Revista Crítica Marxista nº 38, 2014. Durante o governo de N. Kirchner, com a recomposição econômica, voltou a cena o protagonismo dos sindicatos na Argentina. É fato que houve um considerável aumento na taxa de crescimento, como resultado da desvalorização que afetou os salários dos trabalhadores, entraram em ação os sindicatos.

Nesse novo contexto surgiu a necessidade de estabelecer um debate acerca das estratégias de luta destes sindicatos. Para Varela há três abordagens diferentes e que é preciso caracterizá-las para entender estratégia de cada uma.

A primeira é a estatista, no qual os sindicatos começaram a se posicionar como parceiro do Estado, expressos por negociações salariais e acordos coletivos. Esse tipo de estratégia fortalece os sindicatos por cima, na figura dos seus dirigentes e não a grande maioria dos trabalhadores, o que permitiu um fracionamento da classe trabalhadora. Esse novo protagonismo sindical foi possível através das políticas de Estado acordada com as direções sindicais.

A segunda é a movimentista, conhecida como “sindicalismo de movimento social”, “autonomista” que se opõe ao modelo estatista. Tem duas virtudes se opor ao sindicalismo empresarial como “adaptação inevitável” dos sindicatos ao neoliberalismo e se preocupar por recuperar o poder a partir da base num contexto de precarização e fragmentação da força de trabalho. Esta segunda questão é um ponto de partida para a elaboração de uma resposta estratégica que eles não apresentam uma resposta satisfatória. Por duas razões uma insuficiente caracterização das mudanças do Estado capitalista e uma estratégia de aliança da classe trabalhadora com os movimentos sociais, coisa que não é errada em si, mas sem hierarquia, quando a hegemonia deveria ser da classe trabalhadora.

Em terceiro, o sindicalismo classista ou sindicalismo de base, como resposta as duas perspectivas anteriores, que surge a partir de 2003 como um novo fenômeno, que busca uma reconstrução de uma estratégia classista para os sindicatos, frente à estratégia estatista e buscando de fato uma autonomia para a classe trabalhadora, dos patrões, dos governos e do Estado, recuperando a tradição de luta dos trabalhadores argentinos, pautada na organização no lugar de trabalho, com comissões internas e os corpos de delegados, como nas coordenadoras inter-fabris do ano 1975 massacradas pelos governos de I. Peron e a ditadura militar. É possível relacionar a crise revolucionária que vivenciou a sociedade Argentina na primeira metade da década de 70 do século passado com relacionar elementos do período com a experiência dos Conselhos de Fabrica registrada por Gramsci em seus artigos pré cárcere publicados no *L'Ordine Novo*.

Para entender a ascensão do sindicalismo de base no período “k”, se faz necessário investigar o movimento operário na Argentina durante os anos de 1969-1976, período que vai do Cordobazo (maio de 69) até a ditadura militar (1976). Para isso, estudamos o livro “Insurgencia Obrera en la Argentina 1969-1976” de Werner e Aguirre, que faz uma análise da ação de base do movimento operário em diferentes momentos durante esse período. Os autores caracterizam o período de 1969 á 72 como um período revolucionário, de semi-insurreição, que causou uma grande preocupação política para o governo, no qual a classe dominante se sentiu ameaçada e necessitava fragmentar a força do movimento operário. Movimento cada vez mais forte e crescente com tendências insurrecionais, expresso por greves gerais, ocupação de fábricas, piquetes, entre outras ações. Foi um momento de intenso enfrentamento de luta de classes, influenciado pela revolução cubana de 59.

O período que corresponde de 1972-74 foi de fragmentação do movimento operário, devido principalmente à política do governo peronista, de negociar com o imperialismo e de tentar conter o levante das massas com a legitimidade política da figura de Perón sobre este. Este governo, diante da dimensão e intensidade do movimento operário, desarticulou o movimento a partir de pactos sociais, numa tentativa de manter e recompor a ordem burguesa dominante. Em termos gramscianos o peronismo foi hegemônico no movimento operário, mas se desenvolveram tendências classistas e de base contra hegemônicas que disputaram a direção do movimento.

A partir de 1974, o peronismo passa por uma profunda crise interna, morre Peron e Isabel Perón assume o governo. Aliado a isso, a maior gravidade da crise econômica internacional, ocasionou o fracasso do pacto social. Momento em que o movimento operário retoma a luta de forma mais acirrada a partir das coordenadoras interfabris. Momento de enfrentamento entre revolução e contrarrevolução, lutas hegemônicas e contra hegemônicas em termos gramsciano, que se prolongam até o golpe militar em 76. Neste mesmo período foi criada a Triple A - Aliança Anticomunista Argentina idealizada por I. Perón e López Rega, que era um esquadrão paraestatal que tinha como objetivos reagir violentamente contra o movimento de massas através de sequestros, torturas e assassinato da vanguarda do movimento operário.

É importante destacar neste contexto a importância política das jornadas de junho e julho de 75, denominado ‘Rodrigazo’, a qual foi uma resposta dos trabalhadores, através de greves gerais e manifestações, ao plano econômico criado pelo então ministro Celestino Rodrigo que afetava diretamente a condição de vida da classe trabalhadora, que ocasionou o congelamento de salários, desvalorização da moeda, inflação altíssima. A resposta dos trabalhadores foi intensa, o movimento foi tão forte ao ponto de expulsar Lopez Rega do governo, que saiu fugido do país, e forçar Celestino Rodrigo a pedir a renúncia do cargo de ministro. No entanto, essas manifestações foram brutalmente reprimidas e massacradas, culminando no golpe de Estado e a ditadura militar.

A geração de trabalhadores e suas lutas nos anos 70 deixou muitos ensinamentos para a classe operária e o sindicalismo de base de hoje, pois abriu espaço para o debate e questionamento da dominação do capital, e principalmente, porque o sindicalismo de base de hoje busca fazer uma reconstrução classista frente à burocracia sindical, retomando a tradição histórica de luta dos trabalhadores argentinos.

Uma leitura relevante e mais específica para entender o movimento operário e o sindicalismo classista na Argentina, durante o período pré “k” e “k”, foi o livro "Zanón, una experiencia de lucha obrera" de Aiziczon, que narra a trajetória da ocupação da fábrica de cerâmica Zanon no estado de Neuquén. A experiência da luta e resistência dos trabalhadores de Zanón, hoje Fabrica Sem Padrões (FASINPAT), é mundialmente conhecida por pesquisadores dos movimentos sociais, trabalhadores e pela esquerda, pois representa o momento mais importante do movimento de fábricas ocupadas na Argentina. O livro relata as

experiências de luta dos trabalhadores de Zanón nesse processo, mostrando suas especificidades e investiga o período a partir do final dos anos setenta e até a implementação de controle da fábrica pelos trabalhadores em 2002.

Zanon e o triunfo e direção do sindicalismo de base no Sindicatos de Obreros y Empleados de Ceramista de Neuquén (SOECN) representa um avanço não apenas dentro das fábricas ocupadas, mas em todo o movimento operário, tanto nacionalmente como internacionalmente, é uma referência.

Na pesquisa assistimos a três filmes: "Patagônia Rebelde" (1974) dirigido por Héctor Olivera, que narra as origens do movimento sindicalista argentino, na época anaco-sindicilismo.

O documentário "Memórias para reincidentes" (2012), realizado pelo grupo de cinema Contraimagem que é vinculado a organizações do sindicalismo classista, que relata quatro momentos de luta da classe trabalhadora na Argentina em períodos distintos, entre 1969 e 1976. O documentário narra quatro histórias coletivas, mas separados geograficamente e pelo seu próprio clima político e social, dividido em quatro capítulos sobre momentos distintos do movimento operário.

Assistimos também "FASINPAT - Fábrica sem patrão" (2004), dirigido por Danielle Incalcaterra, que é um documentário sobre a luta dos trabalhadores da fábrica de cerâmica Zanón,. O documentário mostra a experiência histórica da ocupação da fábrica, mostrando as dificuldades e as conquistas desta experiência em seus primeiros meses: dificuldades com a produção; as conquistas econômicas; o reconhecimento nacional e internacional da fábrica; os ataques da polícia, da patronal e da justiça, retrata como a comunidade avalia esse movimento, e mostra principalmente a capacidade da classe trabalhadora de organizar racionalmente a produção.

Podemos acrescentar que temos como novidade nos últimos anos uma mudança geográfica, mas qualitativa, na luta do sindicalismo de base passando do interior do país as grandes concentrações operárias nas fábricas da grande Buenos Aires como são o triunfo em comissões internas como Kraft, LEAR, construção de chapas anti-burocráticas e importantes crescimentos.

O ano de 2014 foi de acirramento da luta de classes, com a ocupação da fábrica MadyGraf (ex- Donnelley) que se encontra sob autogestão operária, após decretar falência de

forma fraudulenta, fechando suas portas sem aviso prévio e deixando desempregado mais de 400 trabalhadores; assim como a longa e intensa batalha em LEAR Corporation contra a demissão em massa de funcionários, o movimento contou com a participação dos sindicatos de base, de trabalhadores de outros setores, movimento de mulheres, de juventude, todos entoando a palavra de ordem “Familias en la calle nunca más”. Após mais de sete meses de luta intensa conseguiu na justiça a reincorporação dos trabalhadores a fábrica, garantindo os postos de trabalho e que, apesar dessa conquista, tiveram que lutar para que a empresa cumpra a determinação judicial.

Este ano 2016 pela primeira vez desde a recuperação da “democracia” triunfa em um sindicato nacional importante o Sindicato Único de Trabalhadores do Nemático Argentina (SUTNA) e uma boa eleição no sindicato da alimentação, sindicato dos saboneteiros e continua se expandindo. A proposta é formar uma mesa nacional do trabalho operário para desenvolver melhor os processos de luta da classe operária, deliberada pelo XV Congresso do PTS, começando pelos sindicatos de base e agrupações de trabalhadores já consolidadas: alimentação, gráficos, higiene, ceramistas, ferroviários, aeronáuticos, professores, pneus, metroviários, entre outros.

2. Kirchnerismo e sindicalismo de base interpretados com categorias gramscianas.

2.1. Príncipe e Príncipe Moderno

Gramsci realiza uma aguda análise de Maquiavel e dos estudos sobre Maquiavel existentes na sua época. Expõe, na polêmica com Sorel, quando crítica seu espontaneísmo e seu misticismo abstrato, que o mito pode ser real. Então, Maquiavel é apresentado como um antecipado da realidade por que apresenta os problemas e a maneira como resolvê-los, na procura da unidade nacional italiana, condição prévia da conformação de um Estado – Nação, essencial para o capitalismo nascente.

O autor dos Cadernos considera Maquiavel, como uma expressão necessária de seu tempo e como um homem estreitamente ligado às condições e às exigências de sua época.

Gramsci faz uma analogia entre o modelo político do *O Príncipe* de Maquiavel e o Partido Comunista Italiano (PCI) para explicar as tarefas políticas do partido político revolucionário. Segundo Gramsci, o livro *O Príncipe* de Maquiavel, em seu caráter não é um

tratado sistemático, mas é um livro vivo, no qual a ideologia política e ciência política fundem-se na forma de um “mito”.

O príncipe expressa o processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político que é representado pelo fiorentino como qualidades, características, deveres e necessidades de uma pessoa concreta. Ao elemento doutrinal e racional incorpora-se um *condottiero* que representa o símbolo da vontade coletiva.

Para Gramsci, *O Príncipe*, poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do “mito” de Sorel. Uma ideologia política, entendida como uma criação de uma fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva. O caráter do príncipe maquiaveliano, é utópico, porque não existia na realidade histórica, era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do chefe, do *condottiero* ideal, mas os elementos passionais, míticos, contidos em todo o livro, juntam-se e tornam-se reais na conclusão, no capítulo XXVI, último do livro *O Príncipe*, titulado: *Exortação a tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros*, onde se invoca um príncipe realmente existente e se exorta a ele a agir politicamente.

Para poder elaborar a partir do príncipe a categoria príncipe moderno, primeiro Gramsci, faz um análise crítico de Sorel e seus limites. Entende que o sindicalista revolucionário francês, a partir da concepção da ideologia mito, não pode superar o memento do sindicalismo profissional, quer dizer, não atinge a compreensão do partido político. Para Sorel, o “mito”, encontrava não no sindicato mesmo, mas na ação prática do sindicato e de uma vontade coletiva já atuante, uma ação prática cuja máxima realização devia ser a greve geral. Segundo Gramsci, a greve geral é uma atividade passiva, que não prevê uma fase própria ativa e construtiva. Sorel é coerente porque para ele todo plano preestabelecido é utópico e reacionário, então tudo fica livrado a espontaneidade, ao impulso do irracional, do arbitrário. Gramsci entende que não pode existir destruição ou negação sem uma implícita construção, sem uma afirmação prática, e dizer, política, entendida como um programa de partido.

Depois de criticar as propostas de Sorel e de Croce, Gramsci, a partir de Maquiavel, apresenta a importância teórica e política de um novo conceito, o príncipe moderno que deve construir essa nova vontade coletiva nacional-popular, na perspectiva da construção de um novo estado.

O moderno príncipe deve entender o jacobinismo como uma exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva criadora do novo, original e tirar as conclusões deste fato. Deve-se ter em consideração que qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular seria impossível na Itália se as grandes massas camponesas não irrompem simultaneamente na vida política. Isso é muito importante para entender sua proposta contra hegemônica, opor um bloco histórico operário-camponês ao bloco histórico dominante. A vontade é entendida no sentido moderno como uma consciência atuante da necessidade histórica.

Gramsci diferencia com clareza a grande política da pequena política no plano internacional e no interior dos Estados. Gramsci toma a reformulação do conceito de hegemonia realizado por Lenin, quando aplica este conceito além das relações entre os estados, às relações entre as diferentes frações das classes ao interior de um Estado numa determinada formação econômico-social. A grande política para Gramsci compreende a questão da formação de novos estados, a luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas histórico-sociais. A pequena política compreende as lutas parciais e cotidianas entre frações de uma mesma classe política. Maquiavel segundo Gramsci se preocupa pela grande política.

O moderno príncipe deve realizar uma reforma intelectual e moral, construindo uma visão alternativa de mundo, é o propagandista e organizador ativo e atuante desta reforma. O programa de reformas econômicas é o modo concreto em que se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno príncipe desenvolvendo-se, subvertendo todo o sistema de relações intelectuais e morais, na medida em que seu desenvolvimento significa que cada ato de fato é concebido como útil o prejudicial, para acentuar o poder do príncipe moderno ou para contrastá-lo.

Na conclusão, do *Príncipe*, segundo Gramsci, Maquiavel se faz “povo”, mas não num povo entendido genericamente, senão num povo que anteriormente foi convencido através da práxis política, o povo que Maquiavel convenceu com seu desenvolvimento anterior, do qual ele se torne e sente consciência e expressão. O epílogo é um elemento necessário da obra porque faz de *O Príncipe*, um manifesto político. A diferença do florentino para Gramsci consiste na percepção, o príncipe não pode ser mais um indivíduo, senão que deve ser um organismo coletivo. O partido político da classe operária tem que construir a contra

hegemonia na sociedade para conformar um novo bloco histórico que em um momento de crise orgânica tenha condições de substituir o anterior.

O partido político é laico e toma o lugar da divindade, secular como o conceito de política elaborado por Maquiavel. A necessidade de que a secularização da política, entendida como uma ciência autônoma da moral e da religião torne-se um senso comum é tomada de Maquiavel por Gramsci.

A partir da concepção que Gramsci tem sobre os partidos políticos, entendemos que o moderno príncipe, é o partido político da classe operaria, é o intelectual coletivo que deve construir uma nova vontade coletiva nacional popular sendo sua função complexa, diretiva e organizativa, mas também propagandística cultural e educativa. O príncipe moderno pretende e está racionalmente e historicamente destinado, a um fim, construir contra hegemonia e fundar um novo tipo de Estado. O partido político, segundo Gramsci, é um organismo, determinado historicamente, é a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

É importante destacar que para Gramsci, cada partido é expressão de um grupo social, e só de um grupo social, em determinadas ocasiões, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses do seu grupo e dos outros grupos e na medida em que procuram fazer que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com ajuda dos grupos aliados e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos.

Muitas vezes o Estado maior intelectual do partido orgânico se encontra fora deste, não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e as vezes reconhecido como tal pelo público. Um jornal, um conjunto de jornais, uma revista ou um conjunto de revistas são partidos e frações de partidos, sem a forma organizativa destes.

Deste ponto de vista o sindicalismo de base na Argentina, em termos gramscianos não sendo um sindicato corporativo, permite contribuir através de um moderno príncipe, partido político revolucionário da classe trabalhadora, a juventude e as mulheres neste caso o PTS a construir uma nova vontade coletiva nacional-popular na perspectiva de construção de uma nova hegemonia na sociedade e um novo bloco histórico.

2.2. O lugar da política numa filosofia da práxis

Maquiavel inova toda a concepção do mundo, segundo Gramsci, ao separar a política como uma ciência autônoma com seus princípios e leis, diversos daqueles da moral e da religião. Para Gramsci, esta proposição tem um grande alcance filosófico.

O estilo do Príncipe é o de um manifesto político, de partido. O Príncipe é um homem de ação que impulsiona a ação dos outros, é um político.

Gramsci desenvolve uma crítica a interpretação de Croce, segundo a qual o maquiavelismo é uma ciência que serve tanto aos reacionários como aos democratas, afirmando que essa interpretação é verdadeira só em termos abstratos.

Para Gramsci pode-se pensar que Maquiavel tem em vista e pretende educar politicamente “quem não sabe”, de forma positiva, quem deve reconhecer como necessários certos meios, mesmo próprios dos tiranos, porque deseja determinados fins. Quem não sabe nessa época? a classe revolucionária, o “povo”, a “nação-italiana”. Maquiavel tem um objetivo político, persuadir estas forças de ter um “chefe”, que saiba aquilo que quer e como obtê-lo, aceita-lo, com entusiasmo, mesmo se suas ações possam estar ou parecer em contradição com a ideologia difundida na época, a religião. Para Gramsci, o maquiavelismo melhorou a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores, mas também a política da filosofia da práxis, o que dá um caráter ao florentino, essencialmente revolucionário.

Em relação a este tópico o sindicalismo de base na Argentina, retoma uma filosofia da práxis política, em termos gramscianos autônoma dos padrões, dos governos e do Estado.

2.3 Política e Guerra

O príncipe, segundo Maquiavel, em tempo de paz deve preparar-se para a guerra através do estudo da história e de exercícios militares, sendo uma arte em si mesma a organização e a disciplina dos exércitos. Para Gramsci, na arte política ocorre o mesmo que na arte militar, a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição e pode-se afirmar que um Estado vence uma guerra enquanto a prepara minuciosa e tecnicamente em tempos de paz. O poder político do príncipe deve basear-se em suas próprias forças, ou seja,

em suas próprias milícias, segundo Maquiavel. Quando Gramsci analisa as relações de forças, seus momentos e seus graus, aponta como o terceiro momento o da construção das relações de força militares, incluindo o conceito da ciência militar conjuntura estratégica, imediatamente decisivas segundo as circunstâncias.

O conceito croceano de paixão como momento da política, não pode explicar e justificar as formações políticas permanentes como os partidos políticos, os exércitos nacionais e os Estados maiores, porque uma paixão permanente se torna uma racionalidade e uma reflexão ponderada. A relação entre economia e política tem maior capacidade explicativa segundo Gramsci, porque a política é uma atividade permanente e da origem a organizações permanentes na medida justamente que se identifica com a economia. Mas tem igualmente que se distinguir política de economia, porque a paixão política é um impulso que a ação que nasce no terreno orgânico e permanente da vida econômica, mas supera ela fazendo entrar no jogo, sentimentos e aspirações onde o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas de aquelas do proveito individual.

Maquiavel é a expressão necessária de seu tempo, das condições derivam as exigências políticas imediatas e representa a filosofia de seu tempo, que tende a organização das monarquias nacionais absolutas, como forma política que facilita o desenvolvimento das forças produtivas burguesas. De deriva sua posição política contra os resíduos do mundo feudal com os quais o príncipe deve acabar assim como com a anarquia do mundo feudal e sua crítica a Igreja católica de Roma.

Neste tópico podemos mencionar o retorno do debate estratégico com o sindicalismo de base. Tanto para Gramsci e von Clausewitz, a ideia de estratégia é central, assim como para o sindicalismo de base. O sindicalismo de base estudam Gramsci e Clausewitz para entender as chaves para preparar um plano de guerra em função de objetivos, para analisar as relações de força e a relação entre tática e estratégia, para construir um partido que se disponha a quebrar a vontade material e moral da burguesia, para analisar as qualidades que deve forjar a direção política do proletariado para se preparar como condução da guerra de classes, para treinar as forças na luta de classes, entre outros elementos fundamentais. Se interpretam as lutas operárias como verdadeiras escolas de guerra, como afirmava Lenin. Nos combates se forma uma organização revolucionária para lograr um objetivo político, o triunfo da classe operária, a conquista do poder pelos trabalhadores. A preparação, a eleição do

momento, o local e o tipo de ação (defensiva ou ofensiva), perceber como está a base e os ativistas, se a patronal tem stock para suportar uma longa luta ou pode ser derrotada com golpes bem pensados, são questões permanentes nos conflitos as que o partido deve dar resposta (Cf. <http://www.pts.org.ar/Obreros-y-estudiantes-del-PTS-estudian-a-Clausewitz> , publicado *La Verdad Obrera*, 16/06/2011)

Breves Conclusões:

A partir deste estudo de caso sobre o kirchnerismo e a aplicação das categorias gramscianas para o estudo de caso consideramos que temos elementos iniciais para verificar nossa hipótese que o sindicalismo de base e um ponto de partida como elemento na possibilidade da construção de uma nova hegemonia em termos gramscianos.

Referências bibliográficas:

- AIZICZON, F.; **Zanón una experiencia de lucha obrera**. Buenos Aires: Hrramienta, 2009.
- ANDERSON, P.; 1986; **As antinomias de Gramsci**; São Paulo: Jorués.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Ch.; 1980; **Gramsci e o estado**; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTILLO, Ch.; **La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista**. Buenos Aires: planeta, 2011.
- FOSTER, Ricardo; **La anomalía kirchnerista**. Buenos Aires: Planeta, 2013.
- GRAMSCI, A.; 2004; **Escritos Políticos (1921-1926)**; volume 2; Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- GRAMSCI, A. Caderno 13. (1932-1934) **Breves notas sobre a política de Maquiavel In Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003 p. 11-109.
- HAMAWY, R.. **Que és el kirchnerismo: escritos desde uma época de cambio**. Buenos Aires: Continente: 2011.
- MACCIOCCHI, M.; 1980; **Gramsci y la revolución de occidente**; México: Siglo XXI.
- MAQUIAVEL, N.; 2004; **O Príncipe**; São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, K.; **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- PERALTA RAMOS, M. **La Economía Política Argentina: Poder y Clases Sociales 1930-2006**. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2007.
- THWAITES REY; M.; La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo. Acerca de las bases materiales del consenso In **Gramsci mirando al Sur**. Sobre la hegemonía

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950

en los '90. Buenos Aires: Kohen y Asociados Internacional. Colección Teoría Crítica. Buenos Aires: 1994.

VARELA, P. Estado y sindicatos en la Argentina post-devaluación. El retorno del debate estratégico. **Crítica Marxista nº 38**. p. 119-132, 2014.

WERNER, R. e AGUIRRE, F. **Insurgencia obrera en La Argentina 1969-1976**. 1ª ed. – Buenos Aires: Ediciones: IPS, 2007.